

ARTIGO

“Âncoras na deriva simbólica” – textos como formas de cognição social

Anchors in symbolic drift – texts as forms of social cognition

Edwiges Maria Morato 

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

E-mail: morato@unicamp.br

RESUMO: Nosso objetivo neste ensaio é refletir sobre o que tem sido chamado de abordagem sociocognitiva do texto, com foco tanto na posição epistemológica que toma o “*texto como conhecimento de objetos sociais*”, quanto na perspectiva que toma o texto *como cognição social* ou como vinculado à *sociocognição*. Constituem-se, em suma, de posições epistêmicas distintas quanto à relação estabelecida entre texto e cognição (*complementar ou constitutiva*). A opção por uma das duas posições aqui destacadas revela também acepções distintas de cognição e de social. Entre as implicações derivadas de uma e outra posição epistemológica, aventamos se haveria possibilidade de uma articulação entre ambas, baseada nas finalidades teóricas e metodológicas da análise textual, bem na reciprocidade entre forma e ancoragem sociocognitiva, e entre texto e cognição.

PALAVRAS-CHAVE: Texto, Cognição social, *Frames* epistêmicos, Sociocognitivismo.

ABSTRACT: Our objective in this essay is to reflect on what has been called the sociocognitive approach to the text, focusing both on the epistemological position that takes the “text as knowledge of social objects”, and on the perspective that takes the text as social cognition or as linked to social cognition. sociocognition. In short, they consist of distinct epistemic positions regarding the relationship established between text and cognition (complementary or constitutive). The option for one of the two positions highlighted here also reveals different meanings of cognition and the social. Among the implications derived from both epistemological positions, we suggested whether there would be a possibility of articulation between both, based on the theoretical and methodological purposes of textual analysis, as well as on the reciprocity between form and socio-cognitive anchoring, and between text and cognition.

KEYWORDS: Text, Social Cognition, Epistemic Frames, Sociocognitivism.

COMO CITAR

MORATO, Edwiges Maria. “Âncoras na deriva simbólica” – textos como formas de cognição social. *Revista da Anpoll*, v. 54, n. 1, e1901, 2023. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1901>



1 Introdução

A Linguística Textual tem assumido o pressuposto de que todo fazer (isto é, a ação) é necessariamente constituído por processos de ordem linguística, social e cognitiva (ANTOS, 1997, 2015; KOCH, 2002, 2005; MARCUSCHI, 2002, 2007, entre outros).

Como *formas* de cognição social, afirma Koch (2002, p. 157), retomando pressupostos de Antos e Tietz (1997 *apud* KOCH, 2002, p. 174), os textos “*permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo*”.

Comentando essa afirmação de Koch, Salomão (2003, p. 83) pondera que é “*para buscá-lo (ao entendimento) que produzimos e interpretamos textos – ‘formas (reificadas) de cognição social’: âncoras na deriva simbólica*”¹.

Esses dois arrazoados que se completam e se articulam na construção de uma perspectiva sociocognitiva do sentido textual salientam duas ideias-força, a saber, que os textos são *formas* de cognição social e que são *âncoras* na deriva simbólica.

A remissão às expressões definicionais na conceptualização de textos como *formas de cognição* e *âncoras* aponta para o que está em jogo na constituição da cognição social, questão que integra os desafios da agenda dos estudos sociocognitivos da linguagem (*cf.* SALOMÃO, 2010).

Pretendemos desenvolver uma reflexão justamente sobre essa questão no escopo do presente ensaio. Ao que nos parece, ela não se reduz à mera assunção de uma materialidade (ou regularidade) linguística na constituição da cognição social, mas diz respeito a concepções distintas sobre essa capacidade tipicamente humana de compreender e atuar no mundo de forma conjunta, coordenada e de algum modo reflexiva em torno de objetos e regimes simbólicos de vida em sociedade. Por esse motivo, defendemos que a referência metafórica à âncora na conceptualização de texto abarca suas múltiplas características semióticas e (socio) cognitivas. Como afirma Koch, a propósito: “*os textos não são apenas meios de representação e armazenamento (arquivos) de conhecimento; não são apenas “realizações” linguísticas de conceitos, estruturas e processos cognitivos.*” (KOCH, 2002, p. 155, grifos do autor).

Não sendo a cognição linguística derivada de uma correspondência direta ou de uma relação meramente instrumental – externa ou interna – entre a significação e o mundo a que ela faz referência, resta admitir que é a reciprocidade mutuamente constitutiva entre forma e modo de funcionamento da linguagem que atua na construção do sentido textual.

Adentrando o terreno exploratório da reflexão ensejada neste ensaio, diríamos inicialmente, em relação às afirmações feitas por essas duas extraordinárias linguistas, que os textos só podem ser compreendidos como “*formas de cognição social*” e “*âncoras na deriva simbólica*” se forem investidos de funções de estabilização, conexão, retenção e apoio da processualidade e da atividade do “barco textual”, para usar outra metáfora marítima, esta utilizada por Marcuschi (2005). Nesse caso, tanto a metáfora da “âncora”, utilizada por Salomão

¹ Âncoras textuais, segundo Marcuschi (2005), dizem respeito a focos implícitos que atuam na configuração do texto. Não necessariamente vinculados a itens lexicais e construções gramaticais e textuais específicos, podem ser, no entanto, por estes ativados. A ancoragem tem a ver com foco e referência e, em geral, segundo Tomasello (1999), descreve a tendência humana de se apoiar em certas porções da informação oferecida (âncora), para tomada de decisão interpretativa ou para a construção referencial.

(2003), como a do “barco” (textual), utilizada por Marcuschi (2005) servem para categorizar e/ou definir o referente texto como necessariamente investido das características e funções acima mencionadas.

A propósito, Antos afirma (2015) que os textos são, tanto em nível macro, quanto micro, “*modelos linguísticos complexos de produção do conhecimento individual e coletivo*”, e não apenas “*conhecimento codificado linguisticamente*” (ANTOS, 2015, p. 4, grifos do autor).

Além disso, os “textos-âncoras” ou os “textos-barcos” também são investidos, como as teorias e os estudos textuais já o demonstraram, de características inferenciais, generalizantes, projetivas, figurativas e alusivas – discursiva e sociocognitivamente contingenciadas pela realidade a que fazem referência e da qual, de maneira dialética, também são, de algum modo, dependentes.

Sendo assim, os textos só podem ser considerados cognição social se conectados estrutural e funcionalmente com o que ela requer ou pressupõe: em poucas palavras, aquilo que Tomasello (2019) chama de “infraestrutura pragmática” ao retomar e expandir certos aspectos da teoria ontogenética vygotskiana acerca de nossos processos cognitivos: intersubjetividade, ação coordenada, atenção conjunta, aprendizagem cultural, recursividade comunicativa, pensamento cooperativo, normas sociais, intencionalidade compartilhada, reflexividade, perspectivação conceptual. Posto isso, restaria saber, em termos mais específicos, o quanto dessa infraestrutura cognitiva de natureza sociogênica derivaria a capacidade reflexiva construída pelos indivíduos postos em interação por meio dos textos.

2 A perspectiva sociocognitiva e os estudos textuais

Com efeito, a noção de cognição tem sido mais e mais integrada ao sistema nocional da área dos estudos do texto. Isso pode ser observado em trabalhos dedicados à trajetória da Linguística Textual (MARCUSCHI, 2002, 2008; KOCH, 2002, 2004; BENTES, 2012, 2010; BENTES; REZENDE, 2008, 2017; MORATO, 2017, entre outros).

A perspectiva sociocognitiva da linguagem e da mente humana (TOMASELLO, 1999/2003; SALOMÃO, 1999; SILVA, 1997; KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, MORATO, 2012, 2017 etc.), ao conectar processos linguísticos, cognitivos e mundo social com base em uma epistemologia sociogênica, tem impactado enormemente a noção de texto e a análise do trabalho envolvido na produção e na compreensão do sentido textual, na esteira das “viradas” pragmática e cognitiva observadas na trajetória do campo (MARCUSCHI, 2002; KOCH, 2002, 2004).

Os estudiosos que abordam “a linguagem enquanto forma de conhecimento em conexão com a experiência humana do mundo” (SILVA, 1997) compartilham alguns desses aspectos integrantes da perspectiva sociocognitiva em suas várias nuances.

Longe de ser um bloco monolítico, o sociocognitivismo possui algumas teses comuns que não deixam de lhe conferir certa unidade e coerência global (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004). Além de questionarem o caráter idealizado e abstrato de abordagens nativistas, estudiosos afiliados a esse tipo de sociocognitivismo (isto é, que eleva a interação à condição explicativa da linguagem e da nossa vida mental, cf. Morato (2004)) assinalam, entre outras coisas, que as capacidades reflexivas dos indivíduos, assim como a competência relativamente à linguagem dizem respeito a uma dimensão normativa e coletivizada da cognição – e não a faculdades

mentais privadas e alocadas no cérebro, inconscientes e infensas a circunstâncias interacionais e socioculturais de uso da linguagem e da vida em sociedade.

A perspectiva sociocognitiva invocada pela Linguística Textual (seja no trabalho pioneiro de autores como Koch e Marcuschi, seja no de inúmeros autores afiliados a esse campo de estudos, dentro e fora do Brasil) parece ser modulada por distintos vetores epistemológicos, sejam eles conciliáveis ou não entre si.

No quadro dessa base epistemológica, nosso objetivo aqui é duplo e complementar: em primeiro lugar, avaliar a pertinência de se tomar a Linguística Textual, com seus pressupostos e métodos próprios de análise, como mais uma integrante das "linguísticas cognitivas" (MORATO, 2019), que é como podemos entender aquelas áreas do campo linguístico interessadas explicitamente no enfrentamento da problemática cognitiva como parte integrante das respostas às questões de linguagem. Em segundo lugar, nosso propósito é refletir criticamente sobre um quadro relacional entre o que tem sido chamado de abordagem sociocognitiva do texto, com foco tanto na posição epistemológica que toma o texto como (um tipo ou forma de) acesso ao conhecimento de objetos sociais, quanto na perspectiva que toma o texto como conhecimento social dos objetos, como cognição social. A nosso ver, temos aqui duas concepções distintas da relação entre texto e cognição.

Cumprir observar que distintas posições frente à noção de cognição parecem exibir variados e importantes confrontos epistêmicos no âmbito mesmo da perspectiva sociocognitiva da linguagem (como indicam trabalhos de autores do campo que se filiam a uma abordagem "cognitivo-discursiva" da categorização, *cf.* Lima, (2009)). Não faz parte de nosso objetivo tratar dessa questão de forma abrangente, mas salientar um de seus aspectos.

Um deles é que a posição que assume a concepção de "texto como acesso à sociocognição ou ao conhecimento de objetos sociais" e a que assume o "texto como forma de cognição social" nem sempre e necessariamente são excludentes entre si no âmbito da análise do fenômeno textual, que ora recai sobre sua operacionalização ou processualidade, ora sobre sua moldura ou modelamento discursivo (BENTES; MORATO, 2021, 2022).

Em relação a esse ponto, tomemos, à guisa de exemplificação, o panorama esboçado anteriormente por Morato (2017, p. 398-99) em um texto no qual procura entrever a inserção e o desenvolvimento do interesse pela noção de cognição no campo dos estudos textuais. No caso das análises *mais internas* do texto

o interesse pela cognição está associado especialmente ao estudo (i) das estratégias de produção e interpretação do texto levadas a cabo pelos indivíduos nas mais variadas circunstâncias de uso da linguagem, (ii) do agenciamento de fatores textuais e extratextuais (como intencionalidade, argumentatividade, focalização, informatividade, intertextualidade, dentre outros) na construção do sentido, (iii) das atividades inferenciais e das mais variadas formas de conhecimento requeridas no processamento textual e na construção da referência, (iv) dos mecanismos de referenciação (tais como categorização, recategorização, dêixis). Noções como estratégia, atividade, modelos de memória, contexto e agência são fundamentais para o desenvolvimento da concepção socioconstrutivista de cognição (MORATO, 2017, p. 398, grifo nosso).

Já no caso de análises *mais externas* do texto

a discussão sobre a cognição se dá especialmente no bojo dos estudos dedicados às atividades de construção do conhecimento, o que o leva à análise da dinâmica interacional, dos processos linguísticos e não linguísticos implicados na compreensão do texto, da dimensão multimodal e pragmática do sentido na comunicação, das âncoras linguísticas, sociais e cognitivas interatuantes na produção e na compreensão do texto (oral, escrito, multimodal). Tanto a noção de interação, quanto as de conversação, inferência, multimodalidade e conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento da concepção sociointeracional de cognição (MORATO, 2017, p. 399, grifo nosso).

A concepção de cognição assumida pelas duas posições epistemológicas aqui identificadas pode ter implicações e consequências para o potencial papel dos textos como “âncoras na deriva simbólica” ou de acesso, via operações linguístico-textuais, a objetos sociais ou às referências do mundo percebido pelos indivíduos.

Contudo, ainda que não sejam uma mesma coisa – nem âncora e forma e nem a noção de texto como cognição social ou de texto como acesso a objetos sociais – não implicam necessariamente diferenças inconciliáveis entre si. Entre outras razões, porque ambas as posições são críticas ao nativismo intuitivo ou instintivo chomskiano e se perfilam de algum modo a um racionalismo não modularista e não metafísico; porque ambas mobilizam – cada uma a seu modo – a noção de social para dar conta do caráter inferencial, dialógico e ideológico da significação, da capacidade reflexiva dos indivíduos no trato com os textos de várias naturezas, na integração de conhecimentos implicados na construção do sentido textual, na natureza coletiva e coordenada em torno da produção, interpretação e circulação de textos nas mais diferentes práticas e esferas discursivas. Isso posto, vamos a algumas diferenças de ênfase das posições aqui focalizadas.

Uma primeira diferença de ênfase entre essas duas posições poderia ser já aventada no ponto em que estamos: nos estudos sociocognitivos do texto enquanto acesso a objetos sociais, em geral, o interesse maior parece recair no processamento estratégico dos textos e à materialidade da qual são constituídos, o que engloba necessariamente as formas de progressão referencial e de progressão textual como um todo no que diz respeito à sequencialidade e à organicidade dos elementos mobilizados pelos indivíduos (BENTES, 2010); já na abordagem do texto como cognição social, o interesse recai em geral sobre os processos sociocognitivos que estão na base das ações de textualização, considerando-se principalmente as características específicas de organização da cognição humana, que englobam a um só tempo os variados tipos de conhecimentos a respeito do universo social e a pluralidade de orientações e de sistemas de valores sociais levados em conta pelos indivíduos na construção do sentido.

Assim, ao que parece, as duas posições apresentam teórica e analiticamente diferenças de ênfase que não permitem que sejam fundidas ou tomadas como homólogas. A nosso ver, são essas “diferenças de ênfase” entre ambas que tornam possível verificar distintos pesos dados a certos vetores epistemológicos, como cognição, sociedade e interação na defesa ou na reivindicação de uma perspectiva sociocognitiva do texto.

Para ilustrar esse arrazoado, podemos identificar em trabalhos da área associados com a primeira posição epistemológica um interesse dominante pelos processos e operações textuais e cognitivas desenvolvidas pelos indivíduos ao produzirem e interpretarem textos; no segundo caso, podemos identificar que um interesse dominante estaria na ação das âncoras

socioculturais (que incluem não apenas processos linguísticos e cognitivos, mas modelos ou esquemas gerais de domínios conceituais e interacionais mais amplos e organizados pela experiência dos indivíduos), mobilizadas na produção e na compreensão de textos ou do sentido textual. Como afirmam Antos e Wieser (2005, p. 101), a propósito:

a maior parte do nosso conhecimento não é apenas representada e arquivada nos textos, mas, antes de tudo, organiza-se linguisticamente somente na forma de um texto. Nesse sentido, os textos representam, histórica e semanticamente, formas linguísticas que, em primeiro lugar, constituem o conhecimento e não apenas manifestações linguísticas do conhecimento (individual ou social), o que eles, evidentemente, sempre são num nível secundário (ANTOS; WIESER, 2005, p. 101, grifo nosso).

Em suma, a concepção de cognição com a qual se associa a Linguística Textual é predominantemente sociogênica (MARCUSCHI, 2002; KOCH, 2002, 2004; BENTES; REZENDE, 2017; CAVALCANTE *et al.*, 2010; MORATO, 2017, entre outros). Contudo, essa concepção pode derivar distintas ênfases de análise e pesos epistemológicos reservados à linguagem e à cognição.

Para se compreender o texto como associado ou vinculado à “sociocognição” ou como “forma de cognição social” é preciso ter em conta como, por ele, conceptualizamos e agimos no mundo, compartilhamos intenções, perspectivamos os processos de significação, semilogizamos seu contexto de produção, reconhecemos de forma intersubjetiva e perspectivada nossos interlocutores e suas intenções comunicativas, relacionamos, dentre outros processos, determinados aspectos e motivações sociais, cognitivas, culturais, linguísticas e emocionais atuantes na produção do sentido.

Contudo, assim como o conceito de cognição pode ser difuso e polissêmico, a perspectiva que toma o texto como acesso a objetos sociocognitivos, alternativa aos impasses criados pelo reducionismo comportamentalista ou aos dualismos de várias ordens nas persuasões de base correspondentista (corpo *versus* mente, produção *versus* compreensão, linguagem *versus* cognição, cultura *versus* ambiente *etc.*), nem sempre pode ser entendida como um programa científico fechado ou um bloco monolítico de pressupostos e métodos de investigação. Antes, ela reúne pesquisadores interessados em *clusters* de influência recíproca (a propósito, um dos sentidos de interação, *cf.* Morato (2004)) no estudo da conexão entre linguagem e experiência social, caracterizada, por sua vez, por um “oceano de motivações”, para usar uma outra expressão metafórica de Salomão (2010).

Essa discussão, naturalmente, não é desconhecida pelos autores da área de Linguística Textual, assim como não o é para autores de outros domínios da Linguística próximos ou não a ela. Contudo, a discussão em torno da relação entre texto e cognição ainda está em desenvolvimento – o que passa pelo escopo da perspectiva sociocognitiva da linguagem.

Em que pesem diferenças de ênfase no que é chamado de sociocognitivismo (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004) e mesmo de cognição social, a tese segundo a qual a práxis social é a base da modulação da experiência linguístico-cognitiva acaba sendo uma espécie de regulador epistêmico geral dessa perspectiva, digamos assim. Por ela, admite-se que a cognição, ao contrário de ser um antecedente, é um resultado de toda a atividade dos indivíduos em seus modos de interação.

Em um artigo intitulado “A natureza social da cognição: questões sobre a construção do conhecimento”, Leite (2003), com base em aportes teóricos e metodológicos interdisciplinares provindos da Análise da Conversação, da Etnometodologia e da Linguística Cognitiva, discute a noção de cognição social adotada nesses campos e procura apontar suas implicações a partir de uma perspectiva de “construção do conhecimento publicamente situada” (LEITE, 2003, p. 223).

Em sua discussão, o autor identifica “duas teorias-padrão que se prestam a explicar a cognição social”:

A primeira o faz através do uso do termo “cognição social” como o processamento mental de informação sobre o mundo. Neste caso, “social” refere-se apenas aos objetos da cognição e a preocupação com os mecanismos psicológicos usados pelos sujeitos para perceberem a si mesmos e aos outros. A segunda se ocupa da natureza social dos sujeitos da percepção e da construção do nosso conhecimento sobre o mundo. Neste caso, a preocupação é de como se dá a percepção e a descrição do mundo social pelos membros de uma cultura particular, e de como o mundo social é pensado ou descrito no curso da interação (LEITE, 2003, p. 220, grifo nosso).

As duas teorias-padrão discutidas por Leite não parecem ser convergentes, embora ambas mantenham uma relação complementar ou de exterioridade entre texto e cognição social.

A nosso ver, a ênfase em processos linguísticos ou cognitivos, ou em modelos socio-cognitivos gerais não responde, em si mesma, pela identificação de teorias-padrão ou *frames* epistemológicos logicamente heterogêneos entre si. Pode ter mais a ver com demandas do empreendimento analítico ou com a construção de contornos explicativos mais delimitados e salientes em relação às possibilidades de compreensão do texto como “forma” de cognição social.

Na seção seguinte procuraremos aprofundar um pouco mais os termos das semelhanças e diferenças entre as duas posições epistemológicas aqui abordadas e avaliar algumas implicações para os estudos sociocognitivos do texto.

3 Abordagem sociocognitiva do texto como (acesso ao) conhecimento dos objetos sociais versus texto como cognição social

Tomemos o primeiro *frame* epistêmico, baseado na abordagem ou estudo sociocognitivo do texto enquanto acesso ou construção de objetos sociais.

Entre os temas da agenda dessa vertente está o caráter processual (a “processualidade”) da relação referencial. A face sociocognitiva dessa abordagem da organização do sentido textual é assinalada pelo reconhecimento de um conjunto de sistemas de conhecimento de diversas naturezas ativados pelos indivíduos às voltas com o sentido textual (VIEHWEGER, 1991 *apud* KOCH, 2004), tanto em termos de produção, quando de compreensão do texto: “os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso” (KOCH, 2005, p. 1-2, grifo do autor).

O foco dessa primeira posição sobre a relação entre texto e cognição (ou sociocognição) reside, assim, nos processos estruturantes do processamento estratégico do texto, cujo desafio comunicativo é “tornar algo comum” entre interagentes ativos e comprometidos com a construção do conhecimento.

A base epistemológica dessa abordagem é o cognitivismo de inspiração construtivista. Essa perspectiva, que também é, por vezes, identificada com a interacionista (ainda que nem sempre o peso epistemológico dado à interação se encontre esclarecido), caracteriza o processo construtivo das estruturas de conhecimentos ativados ou criados no trato com o sentido textual. O texto é uma espécie de acesso à cognição social (ou à sociocognição).

Tomemos duas passagens que ilustram essa primeira posição, isto é, uma abordagem sociocognitiva do texto enquanto acesso aos conhecimentos sociais, pautada preferencialmente por uma relação de tipo instrumental ou complementar entre texto e (socio)cognição – mescla conceptual por meio da qual se compreende a influência do “meio social” no aprendizado (HIGGINS, 2000).

[...] conforme Beaugrande & Dressler (1981:37) – cuja obra, constitui um dos marcos iniciais desse período –, o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas, “um documento de procedimentos de decisão, seleção e combinação”, de modo que caberia à Linguística Textual desenvolver modelos procedurais de descrição textual, capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitissem a integração dos diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação, tendo em vista a descrição e a descoberta de procedimentos para sua atualização e tratamento, no quadro das motivações e estratégias da produção e compreensão de textos (KOCH, 2002 p. 22, grifo nosso).

É nesse momento que texto e sociocognição passam a se encontrar. A natureza inerentemente “incompleta” dos textos implica a necessidade de buscar a completude fora da materialidade linguística, o que demanda a mobilização de conhecimentos [...] De um lado, o aspecto social põe em relevo a necessidade de se analisarem os referentes linguísticos sob o foco dos vários fatores sociais que interferem na configuração textual e que se localizam além dos fatores estritamente linguísticos. De outro lado, o aspecto cognitivo enfatiza que o processamento referencial é cognitivamente motivado, estratégico, no sentido de que os interlocutores selecionam formas de atuar sobre a produção e recepção de textos, utilizando, para tanto, o conhecimento (em algum nível) proveniente de sua “bagagem” mental (CUSTÓDIO FILHO; HISSA, 2018, p. 7 e 14, grifo nosso).

Sociocognição (termo tomado ora como fenômeno, ora como uma abordagem teórica) e cognição social (noção polissêmica utilizada tanto no campo das Ciências Sociais, quanto no das Ciências Cognitivas) referem-se em geral a formas de articulação entre o funcionamento cognitivo e as representações sociais.

Mas seriam ambas categorias atinentes a uma mesma coisa, isto é, a um mesmo ente no mundo? A resposta, a nosso ver, é negativa, ainda que a questão mereça um arrazoado mais aprofundado. Em especial, porque ambas podem emergir em paradigmas distintos (construtivismo, interacionismo, cognitivismo, conexãoismo etc.) e em diferentes áreas do conhecimento (Ciências Cognitivas, Linguística, Antropologia etc.). Podem mesmo coexistir,

em uma relação parafrástica, dentro de um enfoque de ordem mais generalizante a respeito dos sentidos de cognição e de social.

A remissão à “bagagem mental” dos indivíduos para dar conta do texto como objeto da ordem de um exterior discursivo (“fora da materialidade linguística”) implica um confronto epistêmico com a concepção de texto como (forma de) cognição social. Um exemplo desse confronto é o fato de que a primeira posição pode ser associada ao que Ehrenberg (2008) chama de “naturalismo às avessas”, isto é, uma explicação essencialmente biológica da sociabilidade humana.

Por seu turno, a concepção de texto como cognição social vincula-se a premissas associadas ao interacionismo de inspiração vygotskiana (“sociocognitivismo interacionista”, na formulação de Koch (2005)) e às teorias evolutivas socioantropológicas da linguagem e da cognição tomadas em uma relação de mútua constitutividade (TOMASELLO, 1999, 2003, 2019; SALOMÃO, 1999, 2003; HUTCHINS, 2002; SILVA, 1997; MORATO, 2004, entre outros). Vejamos, a seguir, uma passagem na qual essa posição é formulada no campo dos estudos textuais-discursivos:

Os textos como forma de cognição social permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. É em razão desta capacidade que são excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. Determinados aspectos da nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não só tornam o conhecimento visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existente (KOCH, 2002, p. 157, grifo nosso).

Mobilizada nos campos da Linguística, da Psicologia Social e da Antropologia, a noção de cognição social pode ser considerada difusa, embora encontremos na sua relação mutuamente constitutiva com as representações sociais um princípio regulador de seu escopo: ela não é baseada em processamento mental privado ou no acesso da linguagem às referências e experiências socioculturais internalizadas, mas à incorporação e à emergência (HANKS, 2008) de valores, domínios ideológicos e experiências sociais corpóreas e simbólicas nas práticas interacionais, esferas discursivas e textos,

Autores como Jackendoff (1992), por exemplo, afirmam que a cognição social é responsável pela integração do “eu” na sociedade, portanto, pela organização sociocognitiva (coletiva) na mente individual (privada). Para outros, a cognição social é definida não apenas como situada, mas, também e, sobretudo, como socioculturalmente distribuída (THAGARD, 1998). Mondada e Cavalcante (2002), de seu turno, a concebem como práticas sociais publicamente empregadas nas ações em contexto para e por seus participantes. Já para Vygotsky (1978 [1930]), ela tem a ver com dialogismo, aprendizagem cultural, mediação simbólica, tomada de consciência, prática social. Inspirado no bielorusso, Tomasello afirmará (1999) que as formas iniciais de conhecimento são construídas a partir de atividades coletivas e mediadas pelas interações sociais. Para o autor, a cognição social pode ser compreendida como a “[...] capacidade de cada organismo compreender os coespecíficos como seres iguais a ele, com vidas mentais e intencionais iguais às dele” (TOMASELLO, 1999, p. 7).

Entre os temas desenvolvidos a partir da concepção de textos como “formas reificadas de cognição social” encontramos a referência textual, a coerência, a relação entre texto e contexto,

a dimensão da produção do sentido textual, os desdobramentos de planos da referenciação por meio de criação ou ativação de esquemas sociocognitivos (*frames*, espaços mentais, modelos de contexto *etc.*), o modelamento discursivo e sociocognitivo dos textos (MORATO; BENTES, 2017; BENTES; MORATO, 2021, 2022), o encilhamento figurativo e inferencial de nosso sistema conceptual (LAKOFF, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

O foco da segunda posição, texto como forma de cognição social, assim, reside na articulação entre processos internos e externos, isto é, na consideração do texto como um evento comunicativo socialmente construído e percebido pelos indivíduos com base na relação mutuamente constitutiva entre linguagem e cognição, mediada por sua vez pelos regimes simbólicos de vida em sociedade.

Implicações dessa assunção se devem à necessidade de investigar o modo como os indivíduos, em ações largamente mediadas por textos, se portam diante dos outros membros da sociedade, bem como lidam com os “contratos sociais”, como normatividade, identidade moral, aprendizagem cultural, confiança epistêmica, ações coordenadas, incluídas na consolidação da própria ideia de cultura. Fiske e Taylor (1991), a propósito, consideram que a cognição social é um campo que investiga a forma como as pessoas compreendem as outras pessoas e elas mesmas no ambiente social. A cognição social, assim, é parte importante das nossas interpretações dos signos sociais, do que depende a nossa conduta em sociedade e os usos da linguagem, bem como a realidade semiótica de produção e de compreensão de textos.

Teun van Dijk (1990), autor importante para os estudos textuais e sociocognitivos, relaciona cognição social e interação nos seguintes termos, no âmbito do que ele chama de “Psicologia social do discurso”:

A cognição social está aqui discutida principalmente em termos de RSs (representações sociais como estereótipos e preconceitos étnicos) compartilhadas por membros do grupo (Farr e Moscovici, 1984) [...]. As noções básicas aqui são as de interação e de situação social (Argyle, Furnham e Graham, 1981; Forgas, 1979). Processos de percepção social, comunicação, atribuição, gerenciamento de impressão e contato intergrupais, entre muitos outros, também devem ser definidos em tal estrutura” (VAN DIJK, 1990, p. 166, tradução e grifo nosso).

A tese principal dessa passagem é que as representações cognitivas socialmente situadas têm uma dimensão material importante. Segundo van Dijk (1990), as representações sociais são amplamente adquiridas, usadas e alteradas por meio de textos, assim como pelas práticas interacionais. Portanto, a análise de textos, bem como dessas práticas podem ser entendidas como poderosos instrumentos da investigação de “conteúdos, estruturas e estratégias subjacentes das representações sociais” (VAN DIJK, 1990, p. 166) que, por sua vez, as enformam e implicam. A partir dessa perspectiva, que alguns autores reivindicam como (socio)construtivista, os textos “representam modelos de conhecimento, ou seja, modelos de conjuntos dos fatos estruturados e selecionados conforme um determinado ponto de vista” (ANTOS; WIESER, 2005, p. 109).

4 Questões epistêmicas que interessam uma e outra formulação: algumas tendências

Na primeira formulação – texto como conhecimento de objetos sociais – a questão epistêmica que mais interessa parece ser: como atuam na construção dos sentidos e como são agenciados os elementos que constituem o texto para o processamento de atividades textualmente significativas? A orientação teórica desta posição procura levar em conta os mecanismos de constituição do texto e dos processos envolvidos na construção do sentido textual. Os textos são apreendidos pela via das representações (textuais) das experiências sociais, compartilhados ou não pelos indivíduos em interação.

Como exemplos de investigação baseada na concepção de textos como dependentes das operações mentais dos indivíduos e de uma sociocognição exterior à materialidade linguística, podemos citar, dentre outros, temas como seleção lexical, referência textual, inferenciação, progressão temática, gêneros discursivos, construções gramaticais, ativação de conhecimentos de várias ordens de interesse local, anafóricos etc. Privilegia-se o método utilizado pelos indivíduos às voltas com a produção e a interpretação de textos de gêneros diversos. A ideia de processamento textual parece ser fundamental nessa perspectiva. O mundo percebido no texto pelo estudioso parte de um *frame* de pesquisa no qual há um objeto (o texto) a ser apreendido pela nossa racionalidade, com o concurso de nossas operações cognitivas.

Na segunda formulação – texto como forma de conhecimento social – a questão epistêmica que mais interessa parece ser: como se dá a infraestrutura sociocognitiva (pragmática, sócio-histórica, cultural) requerida pelos fatores que constituem os textos? A orientação teórica dessa posição procura focalizar a organização ou a relação sociocognitiva em que os sujeitos estão mergulhados ao produzirem significações, ao “revelarem” pelo *habitus* a apropriação sociocognitiva da linguagem e seus mecanismos e efeitos sociais (atenção conjunta, interação, comunicação, conceptualização não redutível à categorização linguística, pensamento cooperativo, aprendizagem cultural, sintonia referencial, perspectivação, identidade moral etc.).

Em termos empíricos, a primeira posição focaliza especialmente os fatores mais internos ao texto, com base na análise de processos e operações linguísticas e cognitivas.

A segunda posição, por sua vez, focaliza especialmente os fatores mais externos do texto, mas que ainda sim são de sua responsabilidade, marcados de algum modo em uma materialidade a partir da qual os indivíduos trabalham de maneira a salientar suas circunstâncias de produção e compreensão, com remissão a esquemas interacionais, modelamentos discursivos, enquadres sociocognitivos, categorizações sociais, modelos de contexto (cf. VAN DIJK, 2012) etc.

Em termos de fenômenos textuais e sociocognitivos focalizados por uma e outra posição epistemológica, a primeira prioriza as estratégias textuais e a estrutura do texto na construção do sentido: progressão referencial e textual, ações de textualização, agenciamento de fatores textuais e extratextuais na construção do sentido (como intencionalidade, argumentatividade, informatividade, intertextualidade, entre outros), processos referenciais e inferenciais em textos falados e ou escritos, planos composicional do texto, processos de ordem meta na produção e interpretação do sentido textual etc.; a segunda posição prioriza as práticas textuais-discursivas: relação texto e contexto, tópico e gestão do tópico discursivo, referenciação, atitudes e estereótipos de representações sociais, regras pragmáticas que presidem a interação

social, contratos de comunicação, modelamento discursivo de eventos comunicativos, figuratividade, argumentação em diferentes gêneros textuais e esferas discursivas, reflexividade social e discursiva etc.

5 Algumas implicações

A opção por uma das duas posições aqui perscrutadas revela um tipo de concepção de cognição e de social e um tipo de relação assumida entre texto e cognição (complementar ou constitutiva, por exemplo).

Se pensarmos que o texto pode atuar – pela sua arquitetura e pela sua funcionalidade – de maneira processual e não apenas espelhada (isto é, representacional) de conhecimentos e objetos sociais, vemos bem que ele – o texto – pode ser compreendido como modelo de um mundo linguística e sociocognitivamente formulado.

Na primeira posição, entrevê-se uma relação de instrumentalidade ou de complementaridade entre texto e cognição, criando-se uma situação de implicação do segundo elemento do binômio sobre o primeiro; já na segunda posição, haveria uma relação de reciprocidade ou de mútua constitutividade entre texto e cognição, o que permite a criação de uma rede conceptual que subjaz ao sentido do texto e que emerge em diversas atividades nas quais se encontram os indivíduos em suas várias práticas e esferas discursivas.

Na primeira posição, priorizam-se os processos linguísticos e cognitivos (como memória, atenção, emoção etc.) na análise dos fenômenos abordados; na segunda, prioriza-se a ancoragem linguístico-pragmática e sociocultural dos fenômenos abordados (como enquadramentos contextuais e conceptuais, modelamentos discursivos, esquemas de ação, rituais interacionais etc.).

Contudo, ambas pressupõem – cada uma à sua maneira – um princípio de racionalidade associado ao trato com os textos, como a reflexividade e a competência relativamente à linguagem e suas circunstâncias de uso.

A reflexividade, tanto quando a subjetividade e o papel das âncoras (MARCUSCHI, 2005) mais internas ou mais externas ao texto, por exemplo, fazem parte da apropriação social da competência linguística e sociocognitiva para lidar com o sentido textual.

Na primeira posição, a reflexividade se deixa apreender nas operações dos indivíduos sobre o texto em construção (“relação intelectual dos indivíduos com os textos”); na segunda, a reflexão dos indivíduos sobre os fenômenos textuais não deixa de estar presente, mas se encontra integrada à prática interacional e discursiva. Em outros termos, tanto a incorporação, quanto a emergência (HANKS, 2008) dessa competência relativamente à linguagem não se deixa ver de maneira sempre clara e explícita, mas de todo modo ela se encontra no coração da interação, da prática social (“reflexão colaborativa na ação”).

6 Considerações finais

Haveria em relação às duas posições aqui focalizadas a possibilidade de construção de uma mescla ou ponto de intersecção, baseada em uma reciprocidade entre forma e ancoragem sociocognitiva e entre texto e cognição?

Para responder a questões como essa, é preciso considerar, inicialmente, que ao contrário do que postulam perspectivas essencialmente internalistas ou externalistas, haveria um *continuum* dialético entre distintas “esferas da realidade” (BAKHTIN, 1981)², como interação e conceptualização, manifestações linguísticas e estruturas complexas de conhecimento.

Uma possibilidade de integração entre as duas posições focalizadas neste ensaio dependeria também de uma articulação entre processos micro e macro de constituição do sentido e das finalidades e momentos da investigação (cf. BENTES; PALUMBO; AQUINO, 2021), formas específicas de organização da cognição social que englobaria a um só tempo os variados tipos de conhecimentos a respeito do universo social e a pluralidade de orientações e de sistemas de valores sociais, entre conhecimentos já incorporados e os emergentes (cf. HANKS, 2008) nas práticas textuais-discursivas.

Talvez assim possamos entrever com maior clareza os alcances da complexa realidade semiótica do texto, além de compreender melhor sua singularidade sociocognitiva enquanto “âncora” na deriva simbólica – que o torna a mais “bem-sucedida forma complexa de constituição e organização de conhecimentos coletivos” (ANTOS; WIESER, 2005, p. 103).

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a Anna Christina Bentes pela leitura da primeira versão deste texto, que nos levou ao desafio de tornar mais objetiva a discussão aqui empreendida.

REFERÊNCIAS

ANTOS, G. Modelos da produção de conhecimento. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 29-54, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1215>. Acesso em: 5 maio 2023.

ANTOS, G. Os textos como formas constitutivas do saber. Sobre algumas hipóteses para o funcionamento da linguística de texto a base de uma teoria evolucionária. In: ANTO, G. *O Futuro da linguística de texto: transformações, tendências*. Tübingen: Niemeyer, RGL 188, 1997. p. 43-65.

ANTOS, G.; WIESER, H. P. *Os textos como formas constitutivas do saber*. Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da linguística de texto à base de uma teoria evolucionária. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG, 2005.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981.

BENTES, A. C. A abordagem do texto: considerações em torno dos objetos e unidades de análise textual. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010. v. 1, p. 139-156.

² A expressão é emprestada de Bakhtin (1981, p. 118), para quem “a atividade mental tende desde a origem para uma expressão externa plenamente realizada [...]. Uma vez materializada, a expressão exerce um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais definida e mais estável.”

- BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F. B. A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 261-301.
- BENTES, A. C.; MORATO, E. M. Cyberhate, verbal violence, and reflexivity in the covid-19 pandemic's scenario in Brazil. In: SIGNORINI, I. (org.). *Language practices of cyberhate in unfolding global and local realities*. New Castle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2022. v. 1, p. 68-85.
- BENTES, A. C.; MORATO, E. M. Expressões de violência verbal e reflexividade face ao modelamento da pandemia de covid-19. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 18-31, jan./abr. 2021.
- BENTES, A. C.; PALUMBO, R.; AQUINO, Z. Linguística textual, interação e cognição social: procedimentos metodológicos. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 15, n. 31, p. 10-29, 2021.
- BENTES, A. C.; REZENDE, R. C. Linguística textual e sociolinguística. In: SOUZA, E. R.; PENHABEL, E.; CINTRA, M. (org.). *Linguística textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez Editora, 2017. p. 258-301.
- BENTES, A. C.; REZENDE, R. C. Texto: conceitos, questões e fronteiras (com)textuais. In: SIGNORINI, I. (org.). *(Re) Discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 19-46.
- CAVALCANTE, M. M.; PINHEIRO, C. L.; LINS, M. P. P.; LIMA, G. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (org.). *Linguística de texto e análise da conversação*. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1, p. 225-261.
- CUSTÓDIO, F. V.; HISSA, D. L. A. Linguística Textual e sociocognição: interação e conhecimentos voltados para a construção dos sentidos. *Organon*, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p. 1-16, 2018.
- EHRENBERG, A. « Le cerveau 'social': Chimère épistémologique et vérité sociologique ». *Espirit*, [S. l.], v. 341, n. 1, p.79-103, jan. 2008.
- FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. *Social cognition*. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1991.
- HANKS, W. F. O que é contexto. In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. R. (org.). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 169-203.
- HIGGINS, E. T. Social cognition: learning about what matters in the social world. *European Journal of Social Psychology*, Sussex, v. 30, n. 1, p. 3-39, jan./feb. 2000.
- HUTCHINS, E. *Material anchors for conceptual blends*. San Diego: University of California, 2002. Disponível em: <http://hci.ucsd.edu/lab/publications.htm>. Acesso em: 5 maio 2023.
- JACKENDOFF, R. S. *Languages of the mind: essays on mental representation*. The MIT Press, 1992.
- KOCH, I. G. V. A construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. *Revista Investigações*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 9-38, 2005.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 251-300. (v. 3: fundamentos epistemológicos).
- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002 [1980].
- LEITE, J. E. R. A natureza social da cognição: questões sobre a construção do conhecimento. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 217-232, jan./dez. 2003.
- LIMA, S. M. C. de. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização*. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 51-101.
- MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. (Série Dispersos).
- MARCUSCHI, L. A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 43-62, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MONDADA, L.; CAVALCANTE, M. M. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. *Revista de Letras*, [S. l.], v. 1-2, n. 24, p. 118-130, jan./dez. 2002.
- MORATO, E. M. A cognição como objeto da linguística: perspectivas contemporâneas e desafios interdisciplinares. In: CAVALCANTE, S.; MILITÃO, J. (org.). *Linguagem e Cognição*. Campinas: Mercado de Letras, 2019. p. 31-50.
- MORATO, E. M. Linguística textual e cognição. In: SOUZA, E. R. F. de S; PENHABEL, E.; CINTRA, M.R. *Linguística Textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez Editora, 2017. p. 394-430.
- MORATO, E. M. Neurolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez Editora, 2012. v. 2, p. 167-200.
- MORATO, E. M. O Interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F. B.; CHRISTINA, A. (org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 311-351.
- MORATO, E. M.; BENTES, A. C. "O mundo tá chato": algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem. *Revista USP*, São Paulo, n. 115, p. 11-28, nov./dez. 2017.
- SALOMÃO, M. M. Entrevista com Maria Margarida Martins Salomão sobre a Linguística Cognitiva e suas relações com outras ciências. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Cognição*, Niterói, n. 41, p. 15-25, 2010.
- SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.
- SALOMÃO, M. M. M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sócio-cognitivo da referência. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 44, p. 71-84, jan./jun. 2003.
- SILVA, A. S. da. A linguística cognitiva – uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista portuguesa de Humanidades*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 59-101, nov. 1997.
- THAGARD, P. Coherence as Constraint Satisfaction. *Cognitive Science. A multidisciplinary Journal*, Canadá, v. 22, p. 1-24, 1998.
- TOMASELLO, M. *Becoming Human: a theory of ontogeny*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes 2003 [1999].

TOMASELLO, M. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1999.

Van DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. Social, cognition and discourse. In: GILES, H.; ROBINSON, W. P. (ed.). *Handbook of Language and Social Psychology*. [S. l.]: John Wiley & Sons Ltd, 1990. p. 107-144.

VYGOTSKY, L. S. *Thinking and Speech – The collected works of L.S. Vygotsky*. Edited by Robert W. Rieber and Aaron S. Carton. New York: Plenum Press, 1987 [1934]. v. I.